

Quaest aponta maior desaprovação do Lula 3

56% dos entrevistados têm avaliação negativa do governo

Por Gabriela Gallo

Logo após a Pesquisa AtlasIntel apresentar um levantamento, em conjunto com a Bloomberg, que apresentava que a desaprovação do governo federal se mantinha estável, a Pesquisa Genial/Quaest divulgada nesta quarta-feira (2), voltou a maré negativa. O levantamento da Quaest aponta uma considerável piora na popularidade do governo.

Segundo o levantamento, 56% da população desaprova o governo federal e 41% aprova. Esta é a primeira vez que o governo apresenta uma desaprovação maior do que 50% na pesquisa desde o início do terceiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Do total de entrevistados, 53% avaliam que o governo Lula 3 é pior do que os dois mandatos anteriores, enquanto 23% avaliam que o mandato está igual aos anteriores e 20% acreditam que está melhor em comparação a 2003 e 2011. Já em comparação ao governo do ex-presidente Jair Bolsonaro, 43% avaliam que o governo de Lula é pior do que a gestão Bolsonaro, 39% acreditam que o governo é melhor e 15% avaliam que ambas as gestões estão iguais. Além disso, 56% consideram que o Brasil está indo para a direção errada, 36% acham que o país está indo na direção correta e 8% não souberam responder.

Quando se trata da avaliação da pessoa do presidente Lula, a situação encontra-se dividida. Isso porque 47% dos entrevistados consideram que o presidente não é bem-intencionado, enquanto 44% acreditam que ele seja bem-inten-



Desaprovação é a maior de todo o terceiro mandato de Lula

cionado na condução de seu governo. Porém, é quase unânime que ele não tem conseguido cumprir com suas promessas de campanha (71%). Apenas 24% da população acreditam que ele vem cumprindo o que prometeu quando concorreu à cadeira da Presidência e 5% não soube responder.

Violência

Outro dado que chamou atenção no levantamento diz respeito às preocupações dos brasileiros. Desde o início do mandato de Lula a principal preocupação da população era referente à economia. Contudo, ela agora está em terceiro lugar nas principais preocupações dos brasileiros (19%), ficando atrás das preocupações com violência (29%) e questões sociais (23%). Demais preocupações registradas pelos entrevistados são saúde (12%), corrupção (10%) e educação (7%).

A pesquisa ouviu 2.004 brasileiros com 16 anos ou mais,

entre os dias 27 a 31 de março. A margem de erro é de 2 pontos percentuais, para mais ou para menos, e o nível de confiança do levantamento é de 95%. A coleta dos dados foi realizada por meio de entrevistas face a face por meio de aplicação de questionários estruturados.

Balanco

Apesar da avaliação predominantemente negativa quanto ao governo, 81% dos entrevistados avaliam que o presidente da República deve fazer um governo diferente nos próximos dois anos de mandato. Essa noção geral da população de que o governo deve agir de maneira diferente pode ser a oportunidade para o governo conseguir se recuperar.

Nesta quinta-feira (3), o presidente Lula participará do evento "O Brasil dando a Volta por Cima", que visa dar transparência às entregas do governo federal nos dois primeiros anos de mandato. O encontro

acontecerá a partir das 10h no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, em Brasília. Além do presidente, a expectativa é que compareçam ministros do governo, aliados e membros da sociedade civil.

O evento é organizado pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (Secom), pasta que vem sendo criticada por não atuar suficientemente para divulgar os feitos do governo. Esses eventos organizados pelo ministro Sidônio Palmeira, que assumiu a Secom no começo do ano, visam reverter a falta da comunicação institucional. Segundo a pesquisa Quaest, 47% vêem mais notícias negativas do governo federal, 26% não têm visto notícias do governo e 23% vêem notícias mais positivas do governo Lula. O principal meio de comunicação que as pessoas se informam sobre o governo é a televisão (44%), seguido de redes sociais (34%) e sites (10%).

CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA

Kayo Magalhães/Câmara dos Deputados



Presidente da Câmara tenta alternativa à anistia

Hugo Motta busca redução de penas no STF

Em conversas com deputados, o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), admitiu que busca, inclusive entre ministros do Supremo Tribunal Federal, a possibilidade de uma alternativa para redução de penas de condenados pelo 8 de Janeiro.

A negociação é uma forma de esvaziar o projeto de anistia defendido, principalmente, pelo PL

de Jair Bolsonaro. Entre os 497 condenados pelo STF pela tentativa de golpe, a metade recebeu penas superiores a 11 anos. Com a progressão de regime, todos sairiam da cadeia depois de três anos e meio.

As demais condenações foram inferiores a quatro anos, que não geram prisão. Outros 542 acusados fizeram acordos de não persecução penal.

Corte da água

Ao Correio Bastidores, o deputado Chico Alencar (Psol-RJ) defendeu uma nova dosimetria de penas, afirmou ser preciso parar "de jogar água no moinho" de quem quer a anistia. Segundo ele, ministros do STF também conversam entre si a respeito do tema.

PL aceita

Líder do PL, Sóstenes Cavalcante (RJ) afirmou à coluna não descartar uma negociação na Câmara que envolva a redução de penas. "O plenário é soberano, o projeto (da anistia) pode ser modificado, é natural que isso ocorra. Mas o Psol e o PT viriam, aceitariam", questionou.

Kayo Magalhães/Câmara dos Deputados



Sóstenes: caso de Ramagem beneficia ex-presidente

Líder do PL quer que processo contra Bolsonaro seja sustado

Para Sóstenes, não importa que a eventual redução de penas deixe de beneficiar Jair Bolsonaro e outros réus, acusados de tramarem o golpe. Ele insiste que nem mesmo a anistia é para beneficiar o ex-presidente.

Alega que a situação de Bolsonaro será resolvida com uma outra estratégia: a sustação, pela

Câmara, da ação penal. Isto, porque entre os denunciados está o deputado Alexandre Ramagem (PL-RJ).

Emenda constitucional de 2001 prevê essa possibilidade quando o parlamentar for acusado de um crime cometido depois de sua diplomação — no caso de Ramagem, em dezembro de 2022.

Brecha

Segundo Sóstenes, ao incluir Ramagem na mesma denúncia que Bolsonaro e outras pessoas, a Procuradoria-Geral da República permitiu que a sustação da ação penal beneficie também os outros sete réus. O PL cobrou de Hugo Motta a votação para sustar o caso.

Outros crimes

A questão deverá gerar uma nova batalha jurídica, já que a PGR também denunciou Ramagem por supostos crimes ocorridos antes de sua diplomação. A denúncia diz que ele integrou uma organização criminosa a partir de, pelo menos, 29 de junho de 2021.

Pressão

Apesar de admitir negociar uma saída que envolva a redução de penas, o líder do PL afirma que vai continuar a pressionar Motta, com quem se reuniu ontem, para que ele leve para o plenário a votação do regime de urgência para o projeto da anistia.

'Homenagem'

Sóstenes alerta que, caso não aceite pautar a votação da urgência para a próxima semana, Motta será "homenageado" no ato pela anistia, domingo, em São Paulo. De acordo com ele, o presidente só perderá em citações para o ministro Alexandre de Moraes, do STF.

Projeto de lei da reciprocidade vai à sanção presidencial

Por Karoline Cavalcante

O plenário da Câmara dos Deputados aprovou, por unanimidade, nesta quarta-feira (2), o Projeto de Lei (PL) nº 2.088/2023, conhecido como "PL da Reciprocidade". A proposta permite que o governo federal adote contramedidas tarifárias e ambientais impostas por outros países. O relator, deputado Arnaldo Jardim (Cidadania-SP), manteve o texto aprovado no Senado no dia anterior e a votação foi realizada de forma simbólica, após um acordo entre os parlamentares para garantir a tramitação rápida. Agora, o projeto segue para sanção presidencial.

Enquanto a matéria estava em debate, o Partido Liberal, havia entrado em obstrução para forçar o presidente da Câmara, deputado Hugo Motta (Republicanos-PB), a pautar o requerimento de urgência do projeto de lei que anistia os envolvidos nos atos do dia 8 de janeiro de 2023. No entanto, o líder da sigla na Casa, deputado Sóstenes Cavalcante (RJ), retirou os destaques justificados pelo apoio ao agronegócio brasileiro.

Mais cedo, a Casa havia aprovado o requerimento de urgência com 361 votos favoráveis, dez contrários e duas abstenções. A iniciativa surge como uma resposta à recente elevação de tarifas anunciada pelo presidente dos Estados



Unanimidade também na Câmara leva projeto à sanção

Unidos, Donald Trump, que oficializou, em transmissão ao vivo da Casa Branca, a imposição de tarifas recíprocas. Esse "tarifaço", no caso brasileiro, terá uma taxa de 10% sobre impostos de importação. Para outros países, a taxação é maior. A medida afeta 59 países a partir da meia-noite desta quinta-feira (3). Prevê também uma cobrança de 25% sobre carros importados.

Tarifas "gentis"

Para Trump, as medidas estão sendo aplicadas de forma "gentil", já que não serão completamente recíprocas, e sim

de aproximadamente metade do que os países cobram dos produtos norte-americanos. "Dois de abril de 2025 será para sempre lembrado como o dia em que a indústria americana renasceu, que o destino da América foi recuperado e o dia em que começamos a tornar a América grande novamente", declarou Trump.

Desde o mês passado, o Brasil já enfrenta uma tarifa de 25% sobre aço e alumínio nas exportações para os EUA. Segundo a relatora da matéria no Senado Federal, Tereza Cristina (PP-MS), que foi quem apresentou um substitutivo

ao texto de autoria do senador Zequinha Marinho (Podemos-PA), que anteriormente englobava a reciprocidade ambiental somente, o tarifaço anunciado é linear para cada país. Ou seja, na impossibilidade de verificar produto por produto, o presidente dos Estados Unidos impôs uma tarifa a mais única para cada país. No caso do Brasil, os 10% implementados serão somados às tarifas específicas que ele já tinha anteriormente anunciado.

Segundo ela, a lei aprovada funciona como uma espécie de "bomba atômica", ou seja, algo de que o país dispõe não necessariamente para usar, mas para se defender. "O projeto gera diversos dispositivos de negociação. Ele, na verdade, coloca a negociação em um patamar mais equilibrado, ao deixar a chance da reciprocidade", explicou ao Correio da Manhã.

Superávit comercial

O Ministério das Relações Exteriores (MRE) do Brasil lamentou a decisão tomada. Em nota, afirmou que a medida, em conjunto com as demais tarifas já impostas, violam os compromissos dos EUA perante a Organização Mundial do Comércio (OMC) e impactará todas as exportações brasileiras de bens para os países norte-americanos. O governo disse avaliar todas as possibilidades para assegurar reciprocidade no comércio bilateral.